

SELEÇÃO PÚBLICA PARA ESTÁGIO DE GRADUAÇÃO 2026

CADERNO DE PROVA

DIREITO

DATA DA PROVA 09/01/2026

**PROCESSO SELETIVO DO PROGRAMA DE ESTÁGIO DE GRADUAÇÃO DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO.**

PROVA

Este Caderno de Prova foi aplicado na modalidade on-line, contendo 50 (cinquenta) questões objetivas.

INFORMAÇÕES GERAIS

Prova aplicada conforme requisitos de segurança dispostos no Edital do Certame e no ambiente virtual.

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto abaixo e responda às questões de 01 a 07.

Cidadania digital: direitos e deveres no mundo online.

Viver conectado deixou de ser exceção e passou a ser parte da rotina da maior parte da população. Redes sociais, aplicativos de mensagem, compras on-line, serviços públicos digitais e plataformas de trabalho mediadas por tecnologia reorganizam o modo como as pessoas se relacionam, consomem informação e exercem a cidadania. Nesse contexto, falar em cidadania digital significa reconhecer que os direitos e deveres clássicos do cidadão também valem no ambiente virtual, embora assumam novas formas e desafios.

Entre os principais direitos relacionados à cidadania digital, destacam-se a proteção de dados pessoais, a privacidade, o acesso à informação de qualidade e a liberdade de expressão. No Brasil, o Marco Civil da Internet e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) estabelecem princípios para o uso responsável da rede, definem deveres para empresas e órgãos públicos e criam mecanismos para o cidadão questionar o uso indevido de suas informações. Quando um usuário aceita termos de uso sem ler, compartilha documentos sigilosos em aplicativos de mensagem ou fornece dados em cadastros pouco confiáveis, coloca em risco não só a própria privacidade, mas também a segurança de terceiros.

Ao mesmo tempo, a cidadania digital não se resume a reivindicar direitos. Há deveres éticos e legais no uso da internet. Isso inclui respeitar a intimidade e a honra de outras pessoas, evitar discursos de ódio, não divulgar imagens sem autorização, não reproduzir conteúdos protegidos por direito autoral e não compartilhar desinformação. O simples gesto de encaminhar uma notícia falsa, sem verificar a fonte, pode contribuir para campanhas de desinformação que afetam eleições, políticas de saúde pública e a confiança nas instituições. Assim, práticas cotidianas aparentemente inocentes produzem efeitos coletivos importantes.

Outro aspecto central da cidadania digital é a inclusão. Ter acesso à internet de qualidade, a dispositivos e a competências digitais mínimas tornou-se condição para participar de diversos serviços, oportunidades de trabalho e espaços de debate público. Quando parte da população fica excluída do mundo digital, aprofunda-se a desigualdade já presente em outras esferas. Iniciativas de inclusão digital, formação em competências informacionais e educação midiática, desde a escola básica até a formação continuada de profissionais, são estratégias para reduzir esse fosso.

Por fim, exercer a cidadania digital envolve uma postura ativa diante das plataformas e dos poderes públicos. O usuário pode acionar canais de denúncia, registrar reclamações em órgãos de defesa do consumidor, solicitar exclusão de dados,

questionar políticas de privacidade e participar de debates sobre regulação das redes. Ao mesmo tempo, precisa desenvolver pensamento crítico em relação a algoritmos que selecionam conteúdos, à lógica de vigilância associada à coleta massiva de dados e às consequências da exposição permanente da vida privada.

Em síntese, a cidadania digital não é apenas uma extensão da cidadania tradicional para o ambiente on-line. Ela exige novas habilidades, novas responsabilidades e um conhecimento mínimo sobre leis e políticas que regulam o uso da internet. Garantir direitos, cumprir deveres e agir com responsabilidade no espaço digital são passos fundamentais para construir um ambiente virtual mais seguro, democrático e inclusivo para todos.

Fonte: <https://conteudo.soluti.com.br/cidadania-digital-conheca-seus-direitos-e-deveres-no-mundo-digital/>

Cidadania digital: direitos e deveres no mundo online

- ADAPTADO PARA FINS DIDÁTICOS

1. Considerando o texto apresentado, a cidadania digital é caracterizada, em sentido predominante, como expressão de um modo de participação em que a vida on-line assume qual papel na experiência cidadã?

A) Uso da internet voltado a consumo e lazer, centrado em segurança de operações, afastado de debates públicos e normativos.

B) Atualização da cidadania clássica no meio digital, articulando direitos, deveres, leis da internet e competências críticas de uso.

C) Espaço de expressão de opiniões em redes, centrado na autoimagem, com baixa atenção a impactos coletivos e proteção de dados.

D) Procedimento técnico ligado a cadastros on-line, visto sobretudo como mecanismo de agilização de serviços e rotinas burocráticas.

E) Estratégia de comunicação de plataformas digitais, usada para elevar engajamento comercial, com foco predominante na imagem institucional de empresas.

2. A partir do texto, a articulação entre direitos e deveres na cidadania digital evidencia qual aspecto do comportamento cotidiano do usuário conectado?

A) Conduta de importância secundária, pois decisões em redes geram impacto restrito sobre configuração de direitos digitais e desigualdades sociais.

B) Conduta decisiva, pois leitura de condições, compartilhamento crítico e cuidado com dados integram efetivação de direitos e proteção coletiva.

C) Conduta associada a especialistas, já que atividades corriqueiras em redes pessoais repercutem principalmente em relações privadas e afetivas.

D) Conduta delegada a plataformas e órgãos estatais, que concentram responsabilidade por segurança informacional e enfrentamento da desinformação.

PROGRAMA DE ESTÁGIO DE GRADUAÇÃO - CURSO DE DIREITO

E) Conduta tratada como formalidade, em que confirmações rápidas em telas bastam, enquanto a legislação vigente ressolveria conflitos futuros.

3. No trecho em que o texto discute o encaminhamento de notícias falsas, a principal consequência destacada para esse tipo de prática comunicacional é:

A) Manutenção de boatos em círculos pequenos, com alcance reduzido sobre decisões políticas, estratégias de saúde e imagem das instituições.

B) Reforço de campanhas que influenciam eleições, adesão a medidas sanitárias e confiança institucional, mostrando efeitos amplos de compartilhamentos corriqueiros.

C) Bloqueio automático de perfis pelas plataformas, apresentado como resultado central e medida suficiente para conter a desinformação em larga escala.

D) Dificuldade técnica de acesso a dados pessoais, aproximando notícias falsas de temas ligados a sigilo, criptografia e proteção de senhas.

E) Substituição gradual de encontros presenciais por interações digitais, indicada como consequência direta do aumento de boatos e conflitos em rede.

4. Quando o texto aborda a inclusão digital, a análise da relação entre acesso à tecnologia e desigualdade social permite inferir que:

A) Conectividade aparece associada sobretudo a conforto informacional, com vínculo discreto com serviços públicos, oportunidades de trabalho e debate social on-line.

B) Acesso a conexão estável, dispositivos e competências digitais é condição para acessar serviços, disputar vagas e participar de debates, ampliando desigualdades quando ausente.

C) Programas de inclusão digital são descritos como iniciativas concentradas em universidades, com alcance reduzido sobre trabalhadores e comunidades em vulnerabilidade.

D) Obstáculos tecnológicos são tratados prioritariamente como questão de infraestrutura e custo, afastando discussão sobre leitura crítica e uso qualificado de conteúdos.

E) Presença de aparelhos conectados nos lares é tomada como fator suficiente para reequilibrar condições sociais entre grupos distintos.

5. Ao mencionar o Marco Civil da Internet e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, o texto atribui a esses marcos regulatórios qual função principal no contexto da cidadania digital?

A) Autorizar coleta ampla de dados por empresas, desde que haja cadastro ativo e aceite prévio, priorizando eficiência econômica nas plataformas.

B) Servir como referência voluntária de boas práticas empresariais, com efeito discreto sobre órgãos estatais e canais de contestação cidadã.

C) Estabelecer princípios para uso responsável da rede, impor deveres a agentes públicos e privados e oferecer meios de questionar tratamento de dados.

D) Tipificar delitos cibernéticos específicos, tratando principalmente de sanções penais ligadas a condutas criminosas em ambiente digital.

E) Regulamentar publicidade e comércio eletrônico, concentrando-se em regras de oferta, cobrança e divulgação de produtos em meios virtuais.

6. De acordo com o texto, a postura ativa do usuário diante de plataformas digitais e poderes públicos associa-se, de modo mais direto, a quais tipos de prática:

A) Abertura de perfis pouco identificáveis, aceite rápido de políticas de privacidade e transferência da gestão de conflitos para empresas e autoridades.

B) Engajamento em campanhas de boicote e abandono duradouro de serviços digitais, apresentado como caminho central de crítica às plataformas.

C) Uso de canais de denúncia, reclamações em órgãos de defesa, pedidos de exclusão de dados e participação em debates sobre regras e algoritmos.

D) Foco em estratégias de marketing pessoal, buscando ampliar seguidores, visibilidade profissional e alcance de conteúdos em redes corporativas.

E) Adoção de conselhos recebidos em grupos informais, priorizando orientações entre pares em lugar de diálogo com instâncias oficiais e regulatórias.

7. Na síntese apresentada ao final do texto, a consolidação de um ambiente digital mais seguro, democrático e inclusivo depende, primordialmente, de que combinação de elementos:

A) Grandes investimentos em infraestrutura, voltados a ampliar velocidade de conexão e número de dispositivos, como base principal para reduzir riscos digitais.

B) Elaboração de códigos internos pelas plataformas e campanhas educativas, apresentada como estratégia central para orientar condutas e mitigar tensões.

C) Domínio de habilidades digitais, compreensão de leis, exercício de direitos, observância de deveres e escolhas responsáveis na rotina de uso da internet.

D) Delegação extensa de decisões de moderação a sistemas algorítmicos, considerados instrumentos neutros para organizar conteúdos e administrar conflitos.

E) Retomada progressiva de debates em espaços presenciais, com redução da participação em redes, entendida como medida prioritária de proteção social.

8. Assinale a alternativa em que a concordância verbal está adequada à norma-padrão.

A) Um conjunto de pareceres chegou ao plenário e demandaram ajustes antes da deliberação final.

PROGRAMA DE ESTÁGIO DE GRADUAÇÃO - CURSO DE DIREITO

- B)** Mais de um gestor pediram alterações substantivas na minuta orçamentária apresentada pela diretoria.
- C)** Processos e metas exigem do setor controle rigoroso e revisão periódica em cada ciclo operacional.
- D)** Houve falhas pontuais no relatório e a comissão registrou correção e justificativa técnica cabível.
- E)** A maioria dos membros aprovaram a redação final e lavrou decisão definitiva registrada em ata pública.

9. Assinale a alternativa que respeita a colocação pronominal exigida na norma-padrão.

- A)** Solicitamos que envie-nos o comprovante até sexta-feira para atualização cadastral no sistema.
- B)** Solicitamos que nos envie o comprovante até sexta-feira para atualização cadastral no sistema.
- C)** Para esclarecer dúvidas, dirija-se nos canais oficiais e aguarde retorno no endereço eletrônico informado.
- D)** Evite esquecer de anexar-se o comprovante quando enviar o formulário eletrônico pela plataforma.
- E)** Encaminhe o comprovante nos próximos dias e mantenha-nos informados sobre eventuais pendências.

10. Sobre a colocação de pronomes átonos em textos formais, analise as afirmativas.

- I - Após palavra de sentido negativo, costuma-se usar próclise, como em: "Jamais se divulgará dado sigiloso neste relatório".
- II - Em tempos compostos, evita-se ligar o pronome ao particípio, de modo que "Tinham enviado-se as notificações" contraria o padrão recomendado.
- III - Em início de período sem elemento que puxe o pronome, a ênclise é esperada, como em: "Informe-se o novo procedimento aos responsáveis".
- IV - Com conjunção subordinativa, a ênclise é preferida, por isso "Quando publicar-se o aviso" representa a forma mais adequada ao padrão.
- V - Após "que" com valor relativo, a próclise se harmoniza com a norma, como em: "O servidor que se atrasar será advertido pela chefia".

Estão corretas as afirmativas:

- A)** I, II e III, apenas.
- B)** I, III e IV, apenas.
- C)** I, II, III e V, apenas.
- D)** II, IV e V, apenas.
- E)** I, II, III, IV e V.

11. Assinale a alternativa em que o emprego do acento grave indicador de crase está de acordo com a norma-padrão.

- A)** O setor passou à informar pendências diretamente no sistema de protocolo eletrônico.

- B)** A ata foi enviada à ele com antecedência e recebeu ciência em tempo hábil.

- C)** O aviso será entregue à cada candidata em horário definido pela comissão organizadora.

- D)** Chegaremos à cerca de dez itens analisados, segundo as métricas da auditoria interna.

- E)** A chefia submeteu a proposta à Diretoria Jurídica para parecer e assinatura final.

12. Assinale a frase com pontuação adequada conforme a norma-padrão.

- A)** Os requerimentos quando completos seguem para análise técnica e devolutiva formal aos interessados.
- B)** Os requerimentos, quando completos, seguem para análise técnica e devolutiva formal aos interessados.
- C)** Os requerimentos seguem, para análise técnica e devolutiva formal, aos interessados cadastrados.
- D)** Os requerimentos seguem para análise técnica, e devolutiva formal, na forma do regulamento.
- E)** Os requerimentos seguem para análise técnica e devolutiva formal, e registro no processo administrativo.

13. Quanto à concordância nominal e verbal no padrão escrito, analise as afirmativas.

- I - "Faltam dois dias para o certame" apresenta concordância adequada com o sujeito posposto.
- II - "A maioria dos candidatos compareceu cedo" observa concordância com o núcleo coletivo.
- III - "Mais de um candidato pediu vista" admite o verbo no singular em construções formais.
- IV - "Houve atrasos na entrega" mantém a forma verbal invariável por se tratar de verbo impessoal.
- V - "Uma porção de documentos foi arquivada" harmoniza o verbo com o núcleo semântico singular.

Estão corretas as afirmativas:

- A)** I, II e III, apenas.
- B)** I, III e IV, apenas.
- C)** II, III e V, apenas.
- D)** I, II, III, IV e V.
- E)** I, II e V, apenas.

14. Assinale a reescrita da frase abaixo, que em voz passiva mantém correção e sentido em registro formal.

"Os técnicos realizaram a vistoria do prédio ontem pela manhã".

- A) A vistoria do prédio foi realizada pelos técnicos ontem pela manhã.
- B) Ontem pela manhã foram realizada pelos técnicos a vistoria do prédio em questão.
- C) Ontem pela manhã foram realizados pelos técnicos a vistoria do prédio em questão.
- D) Os técnicos foram realizada a vistoria do prédio em questão ontem pela manhã.
- E) Foi se realizada pelos técnicos a vistoria do prédio em questão ontem pela manhã.

15. Assinale a frase grafada de acordo com as regras atuais de acentuação e ortografia.

- A) A ideia do projeto prevê voo noturno e heroico esforço da equipe técnica.
- B) A idéia do projeto prevê voo noturno e heroico esforço da equipe técnica.
- C) A ideia do projeto prevê voo noturno e heroico esforço da equipe técnica.
- D) A ideia do projeto prevê vôo noturno e heroico esforço da equipe técnica.
- E) A ideia do projecto prevê voo noturno e heróico esforço da equipe técnica.

DIREITO

16. Em uma operação rural ao entardecer, um vigilante comunitário, acreditando manejar espantalho de treinamento, realiza disparo contra figura humana encoberta por lona e ocasiona lesão grave. As condições do local tornavam impossível perceber tratar-se de pessoa. No exame técnico, avalie a natureza do erro e a repercussão sobre o dolo, considerando as categorias de erro de tipo e erro de proibição. Marque a alternativa adequada.

- A) O caso exemplifica erro de proibição inevitável, que preserva o dolo e exclui apenas a culpabilidade do agente.
- B) O caso revela erro de proibição evitável, que mantém a tipicidade e autoriza redução da pena por atenuante genérica.
- C) O caso traduz erro de tipo acidental, que afeta a capitulação da qualificadora e conserva o dolo do resultado principal.
- D) O caso configura erro de tipo permissivo, que desloca a análise para as excludentes de ilicitude e mantém a tipicidade formal.
- E) O caso evidencia erro de tipo essencial sobre elemento constitutivo do fato, que exclui o dolo e pode afastar a tipicidade subjetiva.

17. No tratamento do concurso de pessoas, assinale a alternativa correta conforme a teoria monista temperada adotada pelo Código Penal.

A) Autoria e participação geram penas idênticas, pois a teoria monista afasta diferenciação pela intensidade da contribuição.

B) A acessoriadade limitada vincula a responsabilidade do partícipe à existência de fato típico e antijurídico, com culpabilidade do autor principal.

C) A teoria monista admite autoria colateral com responsabilidade coletiva, ainda que ausente vínculo subjetivo entre agentes.

D) A participação de menor importância autoriza redução de pena, preservada a imputação pelo resultado global do crime.

E) A coautoria exige apenas divisão de tarefas materiais no iter criminis, independente de liame subjetivo convergente.

18. Nos crimes contra a administração pública, avalie a correta distinção entre corrupção passiva e concussão à luz da dogmática penal.

- A) Corrupção passiva pressupõe exigência de vantagem indevida, enquanto concussão depende de aceitação voluntária do particular.
- B) Corrupção passiva consuma-se com solicitação, aceitação ou recebimento de vantagem, ao passo que concussão exige exigência pelo agente.
- C) Concussão configura-se por oferta de vantagem por terceiro, enquanto corrupção passiva demanda constrangimento por ameaça implícita.
- D) Corrupção passiva exige efetivo recebimento do proveito, sendo a solicitação fato atípico quando não seguido de entrega.
- E) Concussão admite pagamento posterior como excludente de tipicidade, desde que o agente devolva o valor em prazo razoável.

19. No contexto da Lei de Drogas, assinale a alternativa correta quanto à distinção entre usuário e tráfico, considerando elementos objetivos e subjetivos.

- A) A quantidade isolada de droga define tráfico, dispensando análise de circunstâncias do art. 28, §2º, da Lei n. 11.343.
- B) A confissão de uso afasta tráfico, prevalecendo a autodeclaração do agente sobre a prova material e testemunhal.
- C) A causa de diminuição do art. 33, §4º, aplica-se a agente primário e de bons antecedentes, sem dedicação à atividade criminosa.
- D) A associação para o tráfico exige vínculo eventual entre dois agentes voltados ao comércio eventual de drogas.
- E) O tráfico privilegiado equipara-se a hediondo, com regime inicial fechado obrigatório para cumprimento da pena.

20. No tratamento do erro de proibição e da culpabilidade, assinale a alternativa correta conforme o Código Penal e a doutrina.

PROGRAMA DE ESTÁGIO DE GRADUAÇÃO - CURSO DE DIREITO

A) Erro de proibição inevitável exclui a culpabilidade, ao passo que o evitável autoriza redução de pena pela censurabilidade da conduta.

B) Erro de proibição sobre norma complementar desloca tipicidade e transforma o fato em atípico por ausência de dolo natural.

C) Erro de tipo permissivo equivale ao erro de proibição e repercute apenas na ilicitude, sem efeitos na culpabilidade.

D) Erro de proibição sobre elemento normativo do tipo extingue punibilidade, independentemente de evitabilidade.

E) Erro de proibição sobre proibição administrativa converte crime em contravenção, por graduação legal da ilicitude.

21. Com base nos princípios do processo penal e na matriz acusatória do Código de Processo Penal (CPP), assinale a alternativa correta sobre o papel do juiz na fase de investigação e na instrução.

A) O magistrado competente para a fase de investigação exerce controle de legalidade e decide medidas cautelares pessoais e probatórias, preservada a imparcialidade.

B) O juiz que preside a instrução e julgamento pode requisitar inquérito policial e substituir o órgão acusador na inércia do Ministério Público.

C) O sistema acusatório brasileiro afasta a separação entre investigar e julgar, conferindo ao magistrado poderes instrutórios ilimitados.

D) A imparcialidade judicial dispensa contraditório prévio em decisões cautelares probatórias durante a fase judicial.

E) A convergência entre funções de acusar e julgar é inerente ao modelo constitucional, desde que respeitada a publicidade processual.

22. Um delegado de polícia recebe notícia anônima de ocultação de armas em residência monitorada por tornozeleira eletrônica. No caminho, surge informação de movimentação intensa no local e, ao chegar, decide ingressar sem mandado. Considerando os precedentes do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), marque a providência adequada.

A) O ingresso se legitima por flagrante presumido, pois monitoramento eletrônico confere presunção de perigo permanente.

B) O ingresso se legitima por consentimento presumido, diante da notícia de crime grave e da urgência do deslocamento.

C) O ingresso exige mandado judicial, já que notícia anônima e monitoramento não configuram situação de flagrância.

D) O ingresso se legitima por poder geral de cautela, pois a medida busca preservação da ordem pública e da prova.

E) O ingresso se legitima por risco abstrato, dado o potencial ofensivo da arma e a natureza coletiva do bem jurídico.

23. Quanto ao procedimento comum e à disciplina da prova no processo penal, assinale a alternativa correta de acordo com o CPP e a doutrina.

A) A prova emprestada colhida em processo cível é inadmissível no processo penal por origem em rito diverso.

B) A cadeia de custódia compreende rastreabilidade desde o reconhecimento do vestígio até o descarte, com etapas documentadas.

C) O testemunho de ouvir dizer substitui depoimento direto quando houver duas fontes convergentes sobre o fato.

D) A confissão extrajudicial supre a necessidade de outras provas, desde que espontânea e reduzida a termo.

E) O juiz pode valorar prova ilícita por derivação, quando a descoberta do fato for posterior à denúncia.

24. Em um cenário de persecução penal que exige resposta proporcional e fundamentada, avalie em que situações a prisão preventiva se mostra juridicamente adequada quando comparada às demais medidas cautelares pessoais previstas no Código de Processo Penal, considerando finalidade, necessidade e suficiência de cada instrumento.

A) A prisão preventiva funciona como cláusula geral de cautela, podendo substituir monitoramento eletrônico por conveniência.

B) O comparecimento periódico em juízo não integra o rol de cautelares autônomas e pressupõe fiança cumulativa.

C) A proibição de ausentar-se da comarca substitui prisão preventiva por decisão do delegado, diante de risco social.

D) A prisão em flagrante converte-se automaticamente em preventiva, garantindo estabilidade da medida até a sentença.

E) A decretação de prisão preventiva demanda contemporaneidade dos fundamentos, com motivação concreta e proporcionalidade.

25. Nos recursos e na execução penal, assinale a alternativa correta acerca dos efeitos e limites do recurso em sentido estrito e da execução provisória da pena.

A) O recurso em sentido estrito tem efeito suspensivo amplo e impede execução provisória da sentença condenatória.

B) A execução provisória da pena depende de trânsito em julgado da condenação confirmada pelo tribunal em segunda instância.

C) O recurso em sentido estrito admite julgamento monocrático pelo relator com mérito definitivo e impede sustentação oral.

D) O recurso em sentido estrito possui hipóteses taxativas em lei e admite efeito meramente devolutivo, conforme o caso.

E) A execução da pena restritiva de direitos exige conversão em privativa de liberdade na hipótese de superveniência de recurso.

PROGRAMA DE ESTÁGIO DE GRADUAÇÃO - CURSO DE DIREITO

26. No âmbito do Direito Civil, responsabilidade civil por atos médicos em hospital público suscita discussões sobre culpa, nexo e dano. Quanto ao regime jurídico aplicável à responsabilidade civil extracontratual, assinale a alternativa correta.

A) A responsabilidade do ente público por erro médico é subjetiva, com ônus integral da prova ao autor sobre culpa direta do servidor.

B) A responsabilidade do ente privado conveniado ao Sistema Único de Saúde segue exclusivamente o regime publicista, independentemente do regime de gestão adotado.

C) A responsabilidade do Estado por dano causado por agente em serviço é objetiva, com ação regressiva contra o agente em caso de dolo ou culpa.

D) A responsabilidade do médico servidor é objetiva, com solidariedade automática entre profissional e Estado por força de atividade de risco.

E) A responsabilidade do hospital público exige prova de culpa grave do gestor, com exclusão de danos decorrentes de falha sistêmica.

27. Em ação de responsabilidade por vício oculto em imóvel recém-entregue, condomínio pleiteia reparo estrutural e reembolso de despesas emergenciais. Diante do conflito entre construtora e condomínio, avalie a conduta adequada do síndico ao ajuizar a demanda.

A) Propor ação individual em nome próprio, com pedido de tutela de urgência para custeio integral das obras comuns.

B) Propor ação coletiva pelo condomínio, com legitimação ordinária e documentos que demonstrem deliberação assemblear específica.

C) Propor ação coletiva pelo condomínio, com legitimação extraordinária e pedido de inversão do ônus por hipossuficiência técnica.

D) Propor ação individual por cada condômino, com conexão posterior para julgamento conjunto pelo juízo cível.

E) Propor denúncia espontânea ao Ministério Público, aguardando inquérito civil para posterior ação de responsabilização.

28. Em disputa de guarda compartilhada com domicílios distintos, debate-se a fixação de residência de referência e regime de convivência equilibrado. À luz do Direito de Família, assinale a alternativa correta.

A) A guarda compartilhada exige residência alternada em períodos iguais e impede fixação de referência domiciliar.

B) A guarda compartilhada admite residência de referência e calendário de convivência, preservando poder familiar conjunto.

C) A guarda unilateral impõe ao genitor não guardião supervisão permanente por terceiro indicado judicialmente.

D) A guarda compartilhada transforma ambos os pais em correspondentes por danos civis recíprocos por atos do menor.

E) A guarda unilateral impede fixação de alimentos, por transferência integral do sustento ao guardião de referência.

29. Em tutela provisória antecedente, o juiz defere medida de urgência e determina caução. A parte cumpre a caução e busca estabilização da tutela em razão da ausência de recurso da parte adversa. Assinale a alternativa correta sobre os efeitos e limites da estabilização.

A) A estabilização forma título executivo judicial provisório, com coisa julgada formal e possibilidade de ação revisional.

B) A estabilização impede rediscussão do direito por ação autônoma, consolidando coisa julgada material após o prazo recursal.

C) A estabilização mantém eficácia da decisão enquanto não desconstituída por ação própria, no prazo legal previsto.

D) A estabilização converte a tutela em sentença de mérito, com preclusão consumativa sobre o pedido principal.

E) A estabilização extingue a possibilidade de acordo, vedando transação posterior sobre o objeto da medida.

30. Quanto à competência e aos recursos no processo civil, assinale a alternativa correta conforme o Código de Processo Civil de 2015.

A) A remessa necessária incide sobre sentenças contra a Fazenda Pública em hipóteses definidas em lei, com dispensa por valor e matéria.

B) O agravo de instrumento cabe contra toda decisão interlocutória, permitindo ampla devolução da matéria ao tribunal.

C) O conflito de competência entre juizados especiais e varas cíveis decide-se por recurso especial ao STJ, após juízo de retratação.

D) A apelação contra sentença parcial de mérito depende de autorização expressa do relator para evitar decisão fatiada.

E) O juízo de retratação em apelação opera suspensão automática dos efeitos da sentença até novo julgamento colegiado.

31. À luz da teoria da eficácia das normas constitucionais e da orientação do Supremo Tribunal Federal (STF), assinale a alternativa correta quanto à distinção entre normas de eficácia plena, contida e limitada.

A) Normas de eficácia plena exigem lei integrativa para produzir efeitos, enquanto normas de eficácia contida dispensam regulamentação por apresentarem exaurimento imediato.

B) Normas de eficácia contida possuem aplicabilidade direta e imediata, com possibilidade de restrição legal futura, ao passo que normas de eficácia limitada reclamam complementação legislativa para concretização.

C) Normas de eficácia limitada ostentam aplicabilidade direta e integral desde a promulgação, com restrições apenas por emenda constitucional superveniente.

PROGRAMA DE ESTÁGIO DE GRADUAÇÃO - CURSO DE DIREITO

D) Normas de eficácia plena comportam restrição por ato infralegal, sendo a cláusula de abertura suficiente para modulação por regulamento administrativo.

E) Normas de eficácia contida e limitada apresentam idêntico regime de aplicabilidade, distinguindo-se apenas pelo órgão responsável por sua regulamentação.

32. Durante a elaboração do Plano Plurianual estadual, emerge controvérsia sobre limites materiais e formais da Constituição quanto à repartição de competências em políticas de saúde. À vista da organização político-administrativa da Federação, indique a alternativa que melhor traduz a técnica constitucional de distribuição de competências.

A) Competência privativa da União para legislar e executar políticas de saúde, com cooperação eventual dos Estados por convênios.

B) Competência residual dos Municípios para legislar sobre saúde, com execução principal pela União e supervisão estadual.

C) Competência exclusiva dos Estados para executar políticas de saúde, admitindo normas gerais municipais sobre vigilância.

D) Competência concorrente entre União e Municípios para legislar, com competências executivas repartidas entre Estados e Distrito Federal.

E) Competência comum em matéria de saúde para União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com normas gerais da União e suplementação local.

33. Quanto aos limites materiais do poder constituinte derivado e às cláusulas pétreas, assinale a alternativa correta conforme a Constituição Federal e a interpretação do Supremo Tribunal Federal (STF).

A) A forma federativa, os direitos e garantias individuais, a separação de Poderes e o voto direto compõem núcleo imodificável por emenda.

B) As cláusulas pétreas admitem supressão por emenda constitucional se promulgadas por maioria qualificada superior ao quórum padrão.

C) A Constituição autoriza revisão quinquenal para alterar cláusulas pétreas mediante consulta popular vinculante.

D) O poder constituinte derivado decorrente pode afastar limitação material, desde que haja interesse preponderante do Estado-membro.

E) O controle de cláusula pétreas é reservado à via difusa e exclui o controle concentrado quanto a emenda promulgada.

34. Sobre direitos e deveres individuais e coletivos, analise as afirmativas à luz da jurisprudência consolidada do STF.

I - O sigilo das comunicações telefônicas admite quebra por decisão judicial fundamentada para investigação criminal.

II - A liberdade de reunião em local aberto ao público independe de autorização, exigindo prévio aviso à autoridade.

III - A inviolabilidade domiciliar cede diante de flagrante delito, sem necessidade de mandado judicial.

IV - A liberdade de expressão admite censura prévia quando o discurso provocar ofensa potencial à honra.

V - A proteção à intimidade permite remoção automática de conteúdo jornalístico lícito por decurso de tempo.

Estão corretas as afirmativas.

A) I, II e III, apenas.

B) I, II, III e IV, apenas.

C) II, III e V, apenas.

D) I, III e V, apenas.

E) II, IV e V, apenas.



35. Sobre controle de constitucionalidade e seus modelos, assinale a alternativa correta considerando as espécies e momentos de controle judicial.

A) No controle concentrado, a ação direta de inconstitucionalidade exige provação exclusiva do chefe do Executivo federal.

B) A declaração de constitucionalidade com modulação temporal é restrita ao controle difuso, por força do princípio da reserva legal.

C) No controle difuso, a decisão produz eficácia inter partes, com possibilidade de expansão por resolução do Senado Federal.

D) O controle preventivo jurisdicional abrange o exame de constitucionalidade de projeto de lei por ação direta no STF.

E) O controle repressivo pela via concentrada impede o STF de reconhecer inconstitucionalidade por omissão em sede abstrata.

36. Quanto aos princípios fundamentais e ao preâmbulo constitucional, assinale a alternativa correta conforme a doutrina majoritária e o STF.

A) O preâmbulo integra a Constituição com força normativa plena e condiciona interpretação de direitos fundamentais.

B) Os princípios fundamentais irradiam significado para toda a ordem jurídica e orientam interpretação de regras constitucionais.

C) A República Federativa do Brasil tem como fundamento a soberania popular e a titularidade do poder pelos Estados-membros.

D) O objetivo fundamental de erradicar a pobreza possui eficácia programática e efeito vinculante autoexecutável.

E) A dignidade da pessoa humana atua apenas como diretriz interpretativa penal, sem alcance em políticas públicas.

37. Em controle concentrado, o Procurador-Geral de Justiça do Estado avalia questionar lei municipal que restringe

PROGRAMA DE ESTÁGIO DE GRADUAÇÃO - CURSO DE DIREITO

manifestações pacíficas em praças. À luz dos sistemas de controle judicial, qual atitude favorece um controle efetivo.

A) Propor arguição de descumprimento de preceito fundamental no Tribunal de Justiça estadual, com pedido de interpretação conforme.

B) Propor mandado de injunção coletivo no Supremo Tribunal Federal, com sustentação de ausência de norma de eficácia plena.

C) Propor ação direta de inconstitucionalidade no Tribunal de Justiça, com alegação de afronta à Constituição estadual sob parâmetro simétrico.

D) Propor ação popular na Vara da Fazenda Pública, visando à suspensão liminar de todos os atos administrativos autorizativos.

E) Propor ação civil pública na Justiça Federal, com tutela inibitória para impedir eventos e garantir ordem pública.

38. Acerca do Poder Judiciário e suas competências constitucionais, assinale as afirmativas.

I - Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar originariamente ministros de Estado por crimes comuns independentemente de conexão com o Presidente da República.

II - Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar originariamente governadores por crimes de responsabilidade.

III - Compete aos Tribunais Regionais Federais julgar mandado de segurança contra ato de juiz federal.

IV - Compete aos Tribunais de Justiça julgar ação direta de inconstitucionalidade de lei municipal em face da Constituição estadual.

V - Compete ao STF julgar recurso ordinário contra decisão denegatória em mandado de segurança proferida por Tribunal Superior.

Estão corretas as afirmativas.

A) I, II e III, apenas.

B) I, II, III e V, apenas.

C) II, III e V, apenas.

D) III, IV e V, apenas.

E) I, IV e V, apenas.

39. À luz da Constituição Federal de 1988 (CF) e da jurisprudência consolidada, assinale a alternativa correta sobre estabilidade e perda do cargo de servidores públicos efetivos.

A) A estabilidade é adquirida após dois anos de efetivo exercício, condicionada a avaliação especial de desempenho e conclusão do estágio probatório pelo superior imediato.

B) O servidor estável pode perder o cargo por decisão judicial transitada em julgado, por processo administrativo com ampla defesa ou por avaliação periódica de desempenho prevista em lei complementar.

C) Empregados públicos de empresas públicas e sociedades de economia mista possuem estabilidade do art. 41 e são desligados mediante processo administrativo disciplinar instaurado pela alta administração.

D) O ocupante de cargo em comissão alcança estabilidade em três anos de exercício, desde que permaneça nomeado para atribuições de direção, chefia ou assessoramento.

E) O contratado por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público adquire estabilidade após cinco anos de serviço ininterrupto, com base no art. 37, IX, da Constituição.

40. Quanto às características e aos limites do poder constituinte originário, derivado e decorrente, assinale a alternativa correta.

A) O poder originário preserva a ordem anterior e observa procedimentos e limites fixados, reproduzindo a forma da Constituição pretérita como requisito de validade para o novo texto constitucional brasileiro.

B) O poder derivado reformador possui autonomia plena para alterar o texto constitucional, inclusive cláusulas pétreas, desde que aprovado por quórum mais elevado em deliberação parlamentar nacional de revisão ampla.

C) O poder decorrente confere aos Estados liberdade irrestrita para estruturar poderes e direitos locais, dispensada observância ao modelo de simetria estabelecido pela Constituição Federal vigente para as organizações estaduais.

D) O poder originário é inicial, autônomo e incondicionado; o derivado reformador é limitado por procedimento e cláusulas pétreas; o decorrente viabiliza auto-organização estadual subordinada à Constituição Federal brasileira.

E) O poder derivado revisor assegura atualização periódica do texto por consultas populares quinquenais obrigatórias, promovendo revisão automática com eficácia geral sobre todo o conteúdo constitucional promulgado nacionalmente em vigor.

41. Nos contratos administrativos, assinale a alternativa correta quanto às prerrogativas da Administração na Lei nº 14.133/2021 e às cláusulas necessárias.

A) A Administração pode alterar unilateralmente objeto e preço como faculdade ordinária, desde que indique motivação sumária.

B) Cláusulas necessárias incluem regime de execução, critérios de medição, garantias, matriz de riscos e prazos de pagamento.

C) A Administração aplica sanções contratuais por ato reservado do fiscal, prescindindo de contraditório pela urgência do serviço.

D) A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro ocorre por decisão administrativa discricionária, desvinculada de prova do evento.

E) A extinção por caducidade é espécie de rescisão amigável, com indenização automática à contratada pelo lucro futuro.

42. No âmbito da Administração Pública, analise as afirmativas sobre atos administrativos e seus atributos.

I - Presunção de legitimidade sustenta execução imediata do ato e inverte o ônus argumentativo em eventual impugnação.

II - Imperatividade permite imposição unilateral de obrigações, ainda que em atos enunciativos, quando o interesse público o exige.

III - Autoexecutoriedade admite execução direta sem ordem judicial nos casos previstos em lei ou em situações de urgência.

IV - Tipicidade dirige a prática do ato a categorias previamente definidas em lei, limitando a liberdade de conformação.

Estão corretas as afirmativas.

A) I, II e III, apenas.

B) III, IV, apenas.

C) II e III, apenas.

D) I, III e IV, apenas.

E) II e IV, apenas.

43. Na Lei de Improbidade Administrativa após as alterações da Lei nº 14.230/2021, assinale a alternativa correta sobre dolo e sanções.

A) A responsabilização por improbidade exige culpa grave com ofensa a princípios, mantendo-se sanções de suspensão de direitos políticos.

B) A tipificação por prejuízo ao erário admite forma culposa em contratações emergenciais, com multa proporcional ao dano.

C) O dolo passou a ser requisito central de responsabilização, com graduação sancionatória conforme a gravidade do agir.

D) O enriquecimento ilícito admite prescrição intercorrente reduzida por ato normativo estadual, com efeito retroativo.

E) A perda da função pública incide de modo automático com trânsito em julgado, independentemente de conexão com a prática do ato.

44. A respeito do controle judicial dos atos administrativos e da reserva de administração, assinale a alternativa correta conforme a Constituição e a jurisprudência.

A) O Judiciário aprecia mérito administrativo com revisão de conveniência, substituindo juiz técnico da Administração.

B) O Judiciário controla legalidade, finalidade e motivação, podendo anular ato por desvio de finalidade comprovado.

C) A discricionariedade confere imunidade ao controle, ainda que haja violação de princípios expressos da Constituição.

D) A sindicabilidade judicial exige exaurimento da via administrativa, com preclusão de matéria não arguida no processo interno.

E) A autotutela afasta controle judicial quando a Administração revoga ato por motivo de oportunidade e reforça coisa julgada administrativa.

45. A propósito da Administração Pública e do regime jurídico dos servidores, assinale a alternativa correta quanto aos princípios constitucionais aplicáveis.

A) Impessoalidade orienta atos públicos para finalidade pública, afastando promoção pessoal e personalização do mérito.

B) Publicidade alcança proteção máxima de dados funcionais, vedando anonimização de relatórios de desempenho.

C) Legalidade autoriza atuação administrativa por analogia ampla, com base em conveniência e oportunidade setorial.

D) Eficiência traduz primazia de resultados e afasta a necessidade de motivação expressa em atos discricionários.

E) Moralidade concentra-se em probidade subjetiva do agente, sem projeção em padrões objetivos de conduta.

46. Em procedimento de apuração de ato infracional, adolescente conduzido pela guarda municipal apresenta lesões visíveis e alega agressão durante a apreensão. O Ministério Público requisita oitiva imediata e encaminhamento médico. Qual conduta melhor atende ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e às garantias do adolescente?

A) Realizar oitiva informal sem presença de defensor, com termo circunstanciado e entrega ao responsável legal.

B) Encaminhar diretamente à internação provisória por risco social, com relatório sucinto da autoridade policial.

C) Proceder exame de corpo de delito, garantir atendimento médico, nomear defensor e comunicar à Defensoria Pública.

D) Converter a apreensão em liberdade assistida, com compromisso de comparecimento às audiências subsequentes.

E) Encaminhar o adolescente ao Conselho Tutelar para aplicação imediata de medida protetiva de abrigo.

47. Na Lei Maria da Penha, assinale a alternativa correta sobre medidas protetivas de urgência e sua natureza.

A) Medidas protetivas dependem de prévia audiência do agressor e são limitadas ao prazo de quinze dias, com prorrogação excepcional.

B) Medidas protetivas podem ser decretadas de ofício pelo juiz, mediante elementos mínimos de risco, com caráter autônomo.

C) Medidas protetivas exigem prova pericial prévia, sob pena de nulidade, dada a gravidade da restrição imposta.

D) Medidas protetivas possuem natureza estritamente penal, ligadas a inquérito policial e à tipicidade formal do delito.

E) Medidas protetivas vedam cumulatividade com medidas cíveis de guarda e alimentos, para evitar decisões conflitantes.

48. No Código de Defesa do Consumidor, assinale a alternativa correta sobre vício do produto e responsabilidade pelo fato do serviço.

A) Vício de qualidade em produto durável autoriza redibição ou abatimento após prazo decadencial contado da descoberta do vício oculto.

B) Fornecedor de serviço responde independentemente de culpa por defeito, salvo demonstração de caso fortuito interno.

C) Fabricante e comerciante respondem solidariamente por acidente de consumo, com benefício de ordem em favor do comerciante.

D) Prazo para reparo do vício é razoável, com substituição do produto ou restituição do preço quando superado sem solução eficaz.

E) Vício do serviço exige prova de culpa do prestador, dado o caráter subjetivo da responsabilidade por inadimplemento.

49. Sobre a Lei n. 9.605/1998, assinale a alternativa correta a respeito de responsabilidade penal da pessoa jurídica por crimes ambientais.

A) A responsabilidade penal da pessoa jurídica depende de identificação do autor humano e de confissão empresarial escrita.

B) A imputação penal à pessoa jurídica exige decisão colegiada prévia do órgão ambiental, com instauração de processo administrativo.

C) A pessoa jurídica responde por crime ambiental quando o fato decorre de decisão de seu representante legal ou órgão colegiado.

D) A responsabilização penal coletiva exclui responsabilidade civil por dano ambiental, por força de especialidade.

E) A desconsideração da personalidade jurídica é requisito para aplicação de sanção penal alternativa à empresa.

50. À luz da Lei de Acesso à Informação (LAI), assinale a alternativa correta sobre classificação, prazos e procedimentos.

A) Informação classificada como reservada tem prazo máximo de sigilo superior ao de ultrassecreta, por tratar de segurança sensível.

B) Pedido de acesso indeferido deve indicar autoridade superior para recurso, com motivação suficiente e referência temporal do sigilo.

C) Órgão público pode condicionar acesso ao interesse do requerente, exigindo justificativa escrita sobre finalidade.

D) Documento parcialmente sigiloso impede fracionamento, exigindo negativa integral para proteção da informação.

E) Informações pessoais perdem proteção com a aposentadoria do servidor, retornando ao domínio público por decurso de prazo.

